

## **A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO EM SALA DE AULA NAS ESCOLAS DE ENSINO COMUNS**

Viviane Sousa<sup>1</sup>

### **RESUMO:**

O presente estudo pretende elucidar a importância do intérprete de Libras – Língua Brasileira de Sinais – dentro do contexto da escola comum. É importante compreender, para isso, o que é a Libras, quais as dificuldades encontradas pelo aluno surdo no processo de inclusão, quem é esse profissional e por fim estabelecer a sua relevância para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça de forma satisfatória. Foi realizado levantamento bibliográfico dentro de uma abordagem qualitativa, a fim de entrelaçar a realidade de sala de aula e as diferentes vertentes teóricas. Sabe-se que a educação de qualidade é um direito de todos, garantido pela legislação atual, mas deseja-se compreender o que tem sido feito para que isso se torne realidade.

**Palavras-chave:** Libras . Escola regular . Ensino–aprendizagem. Tradutor.

### **ABSTRACT:**

This study aims to elucidate the importance Pounds interpreter - Brazilian Sign Language - within the ordinary school context. It is important to understand, for this, what is the Pound, which the difficulties faced by deaf students in the inclusion process, who is this professional and finally establish their relevance to the process of teaching and learning happen in a satisfactory manner. Bibliographical survey was conducted within a qualitative approach in order to weave the reality of the classroom and the different theoretical schools. It is known that the quality of education is a universal right, guaranteed by the current legislation, but want to understand what has been done for this to become reality.

**Key-words:** Pounds. Regular school. Teaching and learning. Translator.

---

1- Graduada em Pedagogia. E-mail: viviane.sousa10@gmail.com

## 1. Introdução

Para compreender a educação dos surdos tem-se início com um breve relato histórico e educacional do Surdo nas principais sociedades da época. A busca pelo reconhecimento e pela legitimidade da comunidade surda passou de atos individualizados a direitos conquistados em leis. O atual momento em que vivemos deu ao surdo/deficiente auditivo o reconhecimento enquanto uma comunidade com atenção especial. O reconhecimento da língua brasileira de sinais (LIBRAS) se tornou um marco para o processo educacional, assim como a oficialização profissional do tradutor intérprete de Libras

A escola sendo um espaço educativo tem como função a preservação e a transmissão cultural e, para isso, é essencial que seja um espaço acessível para todas as pessoas, independentemente de suas potencialidades ou deficiências. Ao se abordar a educação da pessoa surda, é essencial que se conheça como ela vem acontecendo atualmente, quais as ferramentas e adaptações utilizadas e, especialmente, os personagens que integram esse cenário.

Assim, torna-se cada vez mais importante compreender o papel do intérprete de LIBRAS, pois seu trabalho está relacionado com a interação comunicativa social e cultural para a inserção das pessoas com surdez na sociedade. Sabe-se que o reconhecimento da Libras como sistema linguístico é muito recente e o papel do intérprete ainda precisa ser compreendido nesse contexto. A UNESCO somente em 1994 veio a declarar que a língua de sinais é uma língua, abrangendo nessa perspectiva toda a sua complexidade, e que deve ser considerada como todos os demais sistemas linguísticos. Desenvolver pesquisas nessa área é importante para o conhecimento histórico sobre a Língua Brasileira de Sinais e como ferramenta na educação do aluno surdo.

Os objetivos a serem alcançados com essa pesquisa foram: compreender como acontece o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo na escola regular; desenvolver um breve relato histórico da Libras como ferramenta de inserção social e valorização da pessoa surda; identificar a Libras – Língua Brasileira de Sinais; conhecer o papel do intérprete de Libras na escola regular; e realizar um levantamento da forma como a legislação aborda a atuação do intérprete de Libras em sala de aula. Nesse contexto, realizou-se o presente estudo por meio de pesquisa bibliográfica. Espera-se que esse trabalho possa contribuir para a

formação de educadores, permitindo que adquiram novos conhecimentos e ao mesmo tempo possam refletir sobre a situação contemporânea da educação inclusiva.

## **2. Fundamentação Teórica**

Compreender a história do surdo no contexto educacional exige, anteriormente, que se faça uma retrospectiva histórica em torno das filosofias educacionais a eles dirigidas. Em diversos momentos o surdo foi colocado à margem da sociedade, tanto por ignorância dos demais quanto por incompreensão de suas necessidades e capacidades. Isso acontecia nos diversos contextos de convivência econômico, social, cultural, educacional e político. Conforme nos aponta Silva (2000, p. 4):

Focos de atenção são colocados em sua “deficiência auditiva”, mas não nas suas práticas discursivas e condições sociais que os tentam definir e controlar. A insistência nessa incompreensão e o enorme desconhecimento das questões que permeiam a eles e a nós (ouvintes) demandam uma luta pra “tirá-los do âmbito das perspectivas médicas, terapêuticas, assistencialistas, caritativas etc. que historicamente, têm predominado, para tratá-los como uma questão cultural, social, histórica, política”.

Existem relatos ainda mais extremos de situações em que os deficientes eram até mesmo mortos sendo atirados de penhascos por não se acreditar na sua capacidade de convivência social. Após esse período tem-se o judaísmo e o cristianismo que trouxeram uma compreensão do surdo como pessoa normal. Entretanto, foi só a partir do século XVIII que surgiram as informações sobre os surdos na área da educação, viabilizando lhes o seu acesso.

A história educacional do deficiente auditivo teve grandes avanços nas últimas décadas, porém ainda está longe do ideal, ainda se encontra no período atual, algumas pessoas agem com desconhecimento e desrespeito para com o surdo, menosprezando suas capacidades de compreensão e cognição. Porém, a comunidade surda tem se fortalecido significativamente na luta pelos seus direitos, na socialização e, especialmente na defesa da Libras como língua, que deve ser aprendida e praticada por todos, surdos ou não. Apontada como incapaz, Laborit (1994) expõe:

Recuso-me a ser considerada excepcional, deficiente. Não sou. Sou surda. Pra mim, a língua de sinais corresponde à minha voz, meus olhos são meus ouvidos. Sinceramente nada me falta, é a sociedade que me torna excepcional.

A surdez não está necessariamente associada a outras deficiências e é essencial que a pessoa surda seja considerada em sua individualidade, com características pessoais e únicas, assim como todas as demais pessoas. Porém, o que acontece muitas vezes é que essa visão deturpada de parte da sociedade pode acabar interferindo no alcance de objetivos pelos surdos. Os surdos têm muitas vezes a visão que as pessoas têm de si como uma referência de suas potencialidades. Essa situação deve ser combatida com o uso de ferramentas e adaptações nos diversos âmbitos e, principalmente, com a divulgação da Libras como a língua peculiar dos surdos.

A Língua Brasileira de Sinais, ou Libras, foi desenvolvida no Brasil pelos surdos como uma forma de comunicação entre eles, com estrutura gramatical própria, composta pelos níveis linguísticos: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico. Diferencia-se das demais pela sua modalidade gestual-visual, já que utiliza como canal de comunicação os movimentos gestuais e expressões faciais e corporais. Compreende-se a palavra pelo conjunto de movimentos, já que o soletrar seria impossível devido à rapidez. É importante ressaltar que a LIBRAS não é considerada uma língua universal como a língua oral. Entretanto, a Libras também é a língua peculiar dos surdos, ela não é uma língua universal como a língua oral, em que cada país tem sua própria língua e estrutura. No entanto, assim como cada país ou grupo de países possuem uma língua oral, diferentes países também possuem suas versões da Libras, como nos Estados Unidos a Língua Americana de Sinais (ASL), na França a Língua de Sinais Francesa (LSF), entre outros. Gesser (2009), afirma que “a LIBRAS não é uma datilologia ou mímica (como muitos ainda pensam), pois evoluiu como parte de um grupo cultural do povo surdo, ela também não é universal, muito menos artificial (uma língua inventada)”.

As Línguas de Sinais são línguas naturais, que utilizam o canal visuo-manual, criadas por comunidades surdas através de gerações. Estas línguas, sendo diferentes em cada comunidade, têm estruturas gramaticais próprias, independentes das línguas orais dos países em que são utilizadas. As Línguas de Sinais possuem todas as características das línguas orais como a polissemia, possibilidade de utilização de metáforas, piadas, jogos e linguagem etc. (GOLDFELD, 2002, p. 13).

De acordo com Quadros e Karnopp (2004), no seu livro Língua de Sinais Brasileira explicam que a fonologia ocorre pelas configurações de mãos, pontos de locações, movimentos, orientações de mãos e expressões faciais, como extralinguísticos.

Fonologicamente, a Configuração de Mãos é composta de 64 elementos fonéticos da língua de sinais que se estruturam de acordo com os movimentos dos dedos. Por exemplo, a Configuração de Mão - CM 60, que pode ser assim visualizada, pode não dar um significado, mas em outros signos imagéticos, pode dar um significado, dependendo do contexto cultural, assim, como: arranhar com os dedos, ou na ação de pegar algum signo. Se tiver um signo imagético isolado não tem significado visual.

É importante também considerar que, como a Libras exige uma visão periférica abrangendo o movimento das mãos e as expressões faciais e corporais, é provável que haja certa dificuldade até que seja plenamente desenvolvida. Por outro lado, o surdo é capaz de aprender a língua oral, porém com certa dificuldade, já que esse aprendizado requer uma sistematização e utilização de recursos e técnicas específicas para suprir a falta do órgão sensorial da audição.

A oficialização da LIBRAS em âmbito nacional foi bastante recente, através da Lei nº 4.857/2002 que, juntamente com a aceitação do MEC, irá transformar a educação e vida das pessoas com deficiência auditiva cada vez mais fácil, cada vez mais socializada (SILVA, 1998).

Quando se fala na escola regular, sabe-se que o desenvolvimento da linguagem da criança surda leva alguns temores aos pais, diante da perspectiva que o filho surdo não possa aprender a falar.

As práticas pedagógicas constituem o maior problema na escolarização das pessoas com surdez. Torna-se urgente, repensar essas práticas para que os alunos com surdez, não acreditem que suas dificuldades para o domínio da leitura e da escrita não advindas dos limites que a surdez lhes impõe, mas principalmente pelas metodologias adotadas para ensiná-los (SILVA, 2007, p. 21).

A escola deve ser responsável, juntamente com a família, pela preparação da criança surda para a vida em sociedade, oferecendo-lhe condições um código de comunicação que permita seu ingresso na realidade sociocultural, com efetiva participação na sociedade.

Todas as crianças surdas podem adquirir a língua de sinais, desde que participem das interações cotidianas com a comunidade surda, como acontece com qualquer outra criança na aquisição de uma língua natural. “Natural”, entretanto, não se refere a uma certa espontaneidade biológica. Língua natural, aqui, deve ser entendida como uma língua que foi criada e é utilizada por uma comunidade específica de usuários, que se transmite de geração em geração, e que muda tanto estrutural como funcionalmente com o passar do tempo (SKLIAR, 1998).

Mesmo que aconteça esse aprendizado e valorização da Libras em sala de aula, a criança surda não deve se ausentar das atividades comuns aos colegas, pois a inclusão determina a adaptação às especificidades da criança com necessidades especiais. A aprendizagem da Libras deve ser considerada um momento rico tanto para crianças surdas quanto para as demais, ocasionando aprendizagem. A família também deve buscar o atendimento especializado para desenvolver a Libras e poder estimular a criança, bem como desenvolver uma linguagem comum e fluente na mesma idade cronológica da criança ouvinte.

Com a constatação da surdez, novos encargos são acrescidos a uma família. O novo passo será a procura de uma Instituição especializada, onde o casal pode receber esclarecimentos, apoio e orientação na educação e habilitação do seu filho. Não se esqueça de que os primeiros anos de vida são fundamentais para todo o desenvolvimento. Por isso procure ajuda para que a criança receba por parte da família e da Instituição a estimulação adequada desde o início (COUTO, 1985, p.64).

Para receber o tratamento adequado, o diagnóstico deve ser realizado o mais rápido possível. Isso permite que a criança receba o tratamento mais adequado às suas necessidades, bem como estimulação e intervenções. Entretanto, sabe-se que isso comumente não ocorre. Os desenvolvimentos da linguagem, social, psíquico e cognitivo tendem a ser mais difíceis com o decorrer do tempo. Assim, é importante que os pais possuam a sensibilidade de perceber os sinais apresentados por seus filhos, bem como um acompanhamento feito por um bom médico pediatra poderá auxiliar nessa percepção.

O bebê surdo não traz visivelmente o sinal da sua surdez. Os pais o recebem e se relacionam com ele como se o mesmo fosse ouvinte, ou seja, como uma criança normal, sadia e perfeita. Falam e brincam com a criança o tempo todo em que ela está acordada. Falam-lhe da situação que juntos vivenciam e

sempre há espaço para as cantigas de ninar. Este é o procedimento que deverá ser mantido e intensificado para com a criança surda (PEREIRA, 2008, p.35).

A aprendizagem da língua materna pelos surdos é uma experiência “singular”, conforme aponta Quadros (2005), pois estamos diante de um fato que nos remete à especificidade de serem crianças surdas filhos de pais surdos e outros de pais ouvintes. Na primeira situação, trata-se de uma aquisição natural, sem dificuldades, e essas ocorrências correspondem a 5% do total de surdos nesta situação. A segunda situação mostra outra tendência do processo de aquisição, pois a criança que nasce surda em famílias de pais ouvintes, não encontra nos seus pais uma forma de interlocução apropriada e natural que é a LIBRAS, pois a maior parte das famílias provavelmente não a domina e desse modo mantém-se inserido em um contexto de uso da língua portuguesa oral de forma artificial.

Posicionamento diferente é apontado por Lima (2011, p. 28) ao afirmar que “a aquisição da LIBRAS é uma condição necessária para que a criança surda o tenha no seu sistema linguístico formado, a fim de apoiar nela no aprendizado do português escrito”. Com essa colocação, o autor corrobora uma observação de que sua aprendizagem deve começar apenas depois que a criança surda já saiba a LIBRAS, por ela ser a sua língua natural. Assim, defende-se que a criança surda seja exposta ao contato com os surdos adultos sinalizadores para que ocorra a aquisição da LIBRAS de forma natural. Conforme afirma Quadros (1997):

O processo de aquisição dos surdos no Brasil é totalmente atípico, pois aprendem tardiamente a LIBRAS, com a sua privação acabam dificultando o seu aprendizado no português escrito, requerendo uma prática pedagógica de forma mais repensada e significativa.

A aceitação da família, a partir do diagnóstico de surdez, será progressivo e poderá variar conforme o suporte psicológico e emocional que a mesma receba.

O trabalho com os pais é sem dúvida alguma, o princípio de toda a educação e cabe a orientação aos mesmos de como vai ser importante a colaboração deles na estimulação. Lembramos que cada profissional também deve esclarecer aos pais dados sobre o prognóstico, o tratamento, as dificuldades associadas que a criança possui interligada à deficiência auditiva e a

imperiosa tarefa de auxiliá-lo na aceitação do problema, conscientizando as possibilidades reais da criança (PEREIRA, 2008, p. 34).

É importante também que o médico tenha o cuidado de informar a família sobre as peculiaridades do diagnóstico, as perspectivas e limitações, para que a família possa assimilar e se posicionar diante da situação. De maneira sagaz, a aceitação e inclusão deve acontecer em um primeiro momento no âmbito familiar, em que a família recebe, cuida e ama o surdo da maneira como ele é.

O mais importante agente de socialização é a família, pois a mesma executa a tarefa crucial de socializar a criança e modelar o desenvolvimento de sua personalidade, por isso, cabe a família da criança surda desdobrar-se em paciência e carinho constantes para exercer, além de seus papéis tradicionais, o de complementar, em casa a aprendizagem de linguagem. A afetividade é imprescindível para seu ajustamento emocional e a sua segurança íntima (CUPELLO, 1994, p.170).

Voltando ao contexto escolar, compreende-se que, para que aconteça uma educação de qualidade, a inclusão da pessoa surda na educação, deve seguir da educação infantil até a educação superior. Silva (2007), afirma que a inserção em escolas comuns das pessoas surdas, requer que adquiram meios para favorecer a sua aprendizagem e participação tanto na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado. Existe certo conflito acerca da compreensão da inclusão. É interessante que haja a percepção de que incluir não significa fazer uso de práticas de ensino específicas para cada deficiência, mas usufruir de métodos e ferramentas que ajudam no processo de ensino aprendizagem. Ainda que exista a previsão legal que garanta a entrada e a permanência da criança surda na escola regular, existe ainda um longo caminho no que diz respeito à luta pela aprendizagem. Sem haver aprendizagem, a inclusão acontecerá de maneira falha, pois não garantirá ao surdo as condições necessárias para as diversas atividades sociais, como a inclusão no mercado de trabalho.

O atendimento didático – pedagógico para os alunos com surdez incluídos na escola comum implica o uso de muitas imagens visuais e de todo tipo de referências que passam a colaborar para o aprendizado dos conteúdos curriculares em estudo, na sala de aula comum (DAMAZIO, 2007, p. 26).

Quando acontece a inclusão de uma criança surda, partindo da escola especializada para a escola comum, é importante que alguns pontos sejam levados em consideração. O principal empecilho é a falta de vocabulário tanto para se comunicar, quanto para compreender os conteúdos e informações transmitidos. É nessa perspectiva que surge a necessidade de um profissional auxiliando o aluno, nesse caso, um intérprete de Libras.

Ao tomar contato com a LDB, torna-se claro o estímulo para a integração de surdos na escola regular. Embora a lei fale sobre o respeito às diferenças, sobre os recursos disponíveis para a aprendizagem, sobre a tecnologia a serviço da educação e sobre igualdade, parece ficar a desejar discussões que abordem temas culturais e políticos (SKLIAR, 2011, p.108).

O surgimento do profissional tradutor de LIBRAS aconteceu partindo de atividades de voluntariado, na percepção da necessidade da comunidade surda de ter uma pessoa para auxiliar no seu processo de comunicação e, para que isso se concretizasse, fez-se necessário a oficialização da Língua Brasileira de Sinais - Libras. A participação dos surdos em discussões sociais e políticas foi essencial para que se percebesse a necessidade e consequente valorização desse profissional. Com o reconhecimento da Libras como uma língua, os surdos iniciaram o acesso e, conseqüentemente, as instituições, empresas de serviços públicos, se viram obrigados a garantir a acessibilidade através do profissional intérprete de Libras. Vale ressaltar que esse processo ainda está acontecendo.

Na década de 80, surgiu a presença do intérprete de língua de sinais em trabalhos religiosos. No ano de 1988, aconteceu o 1º Encontro Nacional de Intérprete de Língua de Sinais, sendo organizado pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, viabilizando um intercâmbio pela primeira vez entre alguns intérpretes brasileiros e a avaliação sobre a ética desse profissional. Em 1990, aconteceu o 2º Encontro que promoveu intercâmbio entre as diferentes experiências de intérprete no país, discussões e votações do regimento interno do Departamento Nacional de Intérprete fundado conforme a aprovação do mesmo.

Porém, foi somente no dia 24 de abril de 2002, doze anos depois do segundo encontro, houve uma das maiores conquistas do movimento dos surdos: a regulamentação da Libras em nível federal com a Lei nº 10.436. Essa lei reconhece Libras como meio legal de comunicação e expressão, definindo Libras como língua oficial das comunidades surdas brasileiras. Essa Lei representa uma conquista inigualável, e um passo primordial no processo de reconhecimento e formação do profissional intérprete de Língua Brasileira de Sinais, além de ser também uma abertura de várias oportunidades no mercado de trabalho devido ao amparo legal que passou a existir. Além desta Lei, há outras que respaldam direta ou indiretamente a atuação do intérprete de LIBRAS: A Lei da acessibilidade – 10.098/00; A Portaria 3284/2003 que substitui a Portaria 1679/99 – Acessibilidade à Educação Superior e a Resolução do MEC/CNE: 02/2001 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Assim, o intérprete de Libras tem como atribuição principal estabelecer a intermediação comunitária entre os usuários da Língua Brasileira de Sinais, interpretando a língua oral para uma língua gestual, e vice-versa, interpretando fielmente, com emoção, sendo mediadora do mediador. De acordo com o dicionário Aurélio, intérprete é pessoa que interpreta, que serve de intermediário para fazer compreender indivíduos que falam idiomas diferentes. A interpretação é uma capacidade adquirida através de um contato constante com surdos, e que exige ainda muito estudo, capacitação e dedicação. Ademais, é necessário que o intérprete seja bilíngue, participe de seminários, saiba trabalhar em equipe, tenha equilíbrio durante a interpretação e seja capaz de admitir suas limitações quando não se sentir capaz.

A profissão de intérprete de libras é amparada pela Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, partindo desse pressuposto, pode ser considerada uma conquista e um marco muito importante para a comunidade surda que, ao longo da história tem lutado para ter seus direitos reconhecidos. Entre as demais conquistas da comunidade surda atingidas neste século pode-se destacar as modificações no mercado de trabalho e as expectativas lançadas sobre o papel do trabalhador. A inclusão no mercado de trabalho, apesar de ter uma visão das possibilidades, competências e descoberta de talentos nos jovens surdos, ainda enfrenta barreiras. É preciso que, assim como as escolas, as empresas possuam uma estrutura para receber as pessoas com necessidades especiais. Para tentar solucionar este problema, foi sancionada a Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, que fala de mecanismo de cotas de deficientes que determina a reserva de

vagas para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitado, entre 2 a 5% junto às empresas privadas com mais de 100 funcionários (FENEIS).

Além de fatores individuais, econômicos e sociais, um outro aspecto que dificultaria a inserção da pessoa com deficiência no trabalho, apontado pela literatura científica, é a falha no processo de formação e qualificação profissional. No Brasil, essa formação tem frequentemente ocorrido por intermédio de programas desenvolvidos por oficinas pedagógicas ou protegidas por instituições de ensino especial. Entretanto, existem críticas em relação aos procedimentos utilizados por esse programa, por considerar as atividades comumente ensinadas, como artesanato, tapeçaria e marcenaria, selecionadas mais em função dos recursos materiais disponíveis e da tradição institucional, do que da demanda do mercado de trabalho, pouco contribuindo para efetivar qualitativamente essa população. (SOUZA, 1982, p.28).

Por fim, a postura do intérprete de libras precisa ser diferenciada para atender às necessidades do aluno surdo. O intérprete de libras deve atuar em sala de aula com o intuito de contribuir para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça da maneira mais efetiva possível. Ainda que seja exaustivo, deve respeitar o ritmo do aluno e auxiliar o professor regente com informações e direcionamentos de como poderá realizar adaptações metodológicas. É uma atividade que exige concentração, empenho e dedicação. O intérprete deverá estabelecer esse vínculo entre o contexto em que o aluno está inserido e a libras, proporcionando sempre que possível a socialização do aluno. Segundo Sá (2009, p, 45) “O reconhecimento da diferença é o primeiro passo para a integração do surdo na comunidade ouvinte que o circunda.” É preciso que o intérprete tenha a formação adequada e que busque constantemente praticar a libras.

### **3. Considerações Finais**

Ao conhecer a história da pessoa surda e as suas relações sociais percebe-se que são passagens de muita luta e dificuldades. Porém, ao se identificar as atuais conquistas da comunidade surda, tanto no que se refere às relações sociais quanto ao contexto escolar, percebe-se que existe uma considerável evolução. Através deste estudo foi possível compreender que o papel do intérprete de Libras é de grande relevância no contexto da escola regular. Entretanto, alguns pontos da inclusão da pessoa surda ainda precisam ser repensados.

Ainda faltam profissionais capacitados, qualificados na área. Sua atuação pode ser considerada como a principal adaptação existente para que o surdo seja efetivamente incluído na escola e possa ter os seus direitos de aprendizagem assegurados.

Além disso, é essencial que a pessoa surda seja compreendida dentro de suas limitações e potencialidades e que a sua aprendizagem aconteça com qualidade e respeito. É preciso que essa compreensão parta primeiramente da própria família e, posteriormente da escola e da comunidade. Assim como a escola tem papel de essencialidade na formação do indivíduo, o intérprete tem papel fundamental para que aconteça a inclusão escolar do surdo. Dessa forma, beneficiam-se o próprio surdo, a família que adquire maior confiança na instituição escolar, os colegas que aprendem a conviver com o diferente, a professora regente que recebe o apoio para efetivar o processo de inclusão e, por fim, toda a comunidade que compreende que a pessoa deficiente precisa de oportunidades.

## Referências

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério do Emprego e do Trabalho. Lei 8.213 de 24 de julho de 1991. Legislação relativa ao trabalho de pessoas portadoras de deficiência: coletânea. Brasília: TEM SIT/DSST, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria nº 3.284 de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 02 de 11 de setembro de 2001. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: . Acesso em: 13/10/2015.

L12319 - Presidência da República

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm)

Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm)>. Acesso em 13 out. 2015.

Cadernos da Fucamp, v.14, n.20, p.168-181/2015

COUTO, Alpia Ferreira. **Como Compreender o Deficiente Auditivo**. Rio de Janeiro: Rotary Clube do Rio de Janeiro. Expansão Editorial, 1985.

CUPELLO, Celi Regina. **1000 Perguntas em Fonoaudiologia**. Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 1994.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado – Pessoa com Surdez**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

GESSER, Audrei, 1997. **LIBRAS? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial. 2009.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Ed. Plexus Editora, 2002.

KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Muller de. Educação infantil para surdos. In: ROMAN, Eurilda Dias; STEYER, Vivian Edite. (Orgs.). **A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil:** um retrato multifacetado. Canoas: Editora da Ulbra, 2004. p. 214-230.

LABORIT, Emanuelle. **O voo da gaiivota**. São Paulo: Best Seller, 1994.

LIMA, Marisa Dias. **Um estudo sobre aquisição de ordem e concordância no português escrito por surdos**. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Letras e Linguísticas. Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PEREIRA, Rachel Carvalho. **Surdez – Aquisição de Linguagem e Inclusão Social**. Rio de Janeiro: Ed. Revinter Ltda., 2008.

QUADROS, Ronice Muller de. (org). **Estudos surdos 1**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2005

ROSSETTO, Elisabeth. A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR. Disponível em: [http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao\\_Especial/Trabalho](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao_Especial/Trabalho). Acesso em 13 out. 2015.

SÁ, Nídia Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia Científica:** a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2000.

SILVA, Alessandra da. **Atendimento educacional especializado**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

SILVA, Oto Marques da. **A epopéia ignorada:** a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e hoje. São Paulo: Cedas, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu. **A política e a epistemologia do corpo normalizado**. Revista Espaço, Rio de Janeiro, 8:3-15, 2000.

A importância do papel do intérprete de libras

SKLIAR, Carlos. **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

SOUZA, Eloysia Godinho de. **Surdez e significado social**. São Paulo: Cortez, 1982.